



Desenvolvimento Rural Sob Uma Perspectiva Territorial: análise da participação dos técnicos extensionistas do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), da República Argentina

Roger Alejandro Benitez¹
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão²

Resumo

No presente artigo são analisados aspectos que tem a ver com a participação dos técnicos extensionistas na proposta de desenvolvimento dos territórios levada adiante pela Regional La Pampa – San Luis, do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) da República Argentina. O estudo questiona como se apresenta a participação dos extensionistas na nova proposta de desenvolvimento dos territórios. Partindo da evolução do conceito de desenvolvimento, a consolidação do desenvolvimento sustentável, a sua conexão com o local-territorial e os seus vínculos com a participação, procurou-se analisar a produção teórica de autores diversos. Uma vez finalizado a pesquisa documental e bibliográfica, procedeu-se à coleta de dados por meio de entrevistas com os profissionais que desenvolvem o trabalho

Recebimento: 30/8/2010 • Aceite: 4/3/2011

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Técnico extensionista do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), da República Argentina. End: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE, Brasil E-mail: aleben73@yahoo.com

² Professora Doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ UFRPE - Doctorado en Estudios Iberoamericanos por la Universidad Complutense de Madrid. - Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - Posmex. Recife- PE. E-mail: rosário@dlch.ufrpe.br

de extensão. Observou-se como alguns pontos da proposta, especialmente aqueles que tem a ver com a planificação e a execução, deslocam-se dos procedimentos que foram próprios dos antigos modelos de extensão.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, local, território, participação, extensionistas, INTA

Rural Development Under A Territorial Perspective: analysis of the participation of the extension technicians with Argentina's National Institute for Agricultural Technology (INTA)

Abstract

This article analyzes aspects related to the participation of extension technicians in the territorial development proposal carried out by La Pampa-San Luis Regional Center of Argentina's National Institute for Agricultural Technology (INTA). The study intends to find out how extension technicians participate in the new territorial development proposal. The study analyzed the theoretical production of many authors based on the evolution of the concept of development; the consolidation of sustainable development, its connection to local-territorial aspects and its relationship with participation. Once the documental and bibliographical research was finished, data collection started through interviews to professionals who work in the extension area. It was noticed that some items of the proposal, particularly those related to planning and execution, do not follow the same procedures that characterized former extension models.

Keywords: sustainable development, local, territory, participation, extension technicians, INTA

Introdução

Durante mais de cinquenta anos de história do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) da República Argentina é possível perceber uma série de transformações realizadas com vistas a adequar sua estrutura de Extensão Rural. As mudanças de contexto, tanto nacionais quanto internacionais, e os modelos de desenvolvimento predominantes foram decisivos para redirecionar as ações institucionais.

O aprofundamento do modelo no país baseado no livre mercado, cujo apogeu se deu durante a década de 1990, contribuiu para o surgimento da crise socioeconômica que atravessou a República Argentina no princípio do século XXI, impactando notavelmente sobre o conjunto da sociedade civil e sobre os rumos adotados pelas políticas do Estado, possibilitando assim, a viabilização de propostas alternativas de desenvolvimento, como é o caso do paradigma do Desenvolvimento Territorial.

O INTA ingressou nessa nova época adequando seus objetivos e metodologias de intervenção. Nesta nova etapa são reorientados os objetivos gerais do INTA, incorporando os territórios como novo âmbito de intervenção, sem deixar de lados os tradicionais agroecossistemas e cadeias produtivas.

Para Milton Santos, segundo Seabra, Carvalho e Leite (2007), a importância adquirida pelos territórios no debate atual do desenvolvimento se deve em parte à competitividade, cujo exercício na procura de uma maior produtividade depende das condições oferecidas nos espaços de produção. Por outro lado, Jara (1998) contribui neste debate sobre estratégias de desenvolvimento, ressaltando os lugares geograficamente mais reduzidos, a partir do desencanto com o modelo político institucional centralista e quantitativo e diante do fracasso geral das políticas públicas.

Desta forma, o desenvolvimento local é colocado por Jara (1998) como um desenvolvimento endógeno, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais. O autor também ressalta a importância na sua construção de uma prática política, entendida como processos sociais de relacionamentos participativos que estimulem o envolvimento dos atores na tomada de decisões e na gestão dos processos.

No marco de um novo enfoque do desenvolvimento territorial, a participação da sociedade passa a ser um dos pilares fundamentais no momento de sua implementação, “para conseguir o compromisso no processo e na apropriação desta nova proposta se requer a participação

de todos os atores locais.” (ROZEMBLUM apud INTA 2007a, p.6, tradução nossa).

O objetivo da presente pesquisa é analisar a participação dos técnicos extensionistas do INTA da Regional La Pampa – San Luis em relação à formulação, à execução e à avaliação da proposta de desenvolvimento dos territórios.

A abordagem sobre o desenvolvimento e sua evolução durante a segunda metade do século XX, até a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, permite apresentar o marco histórico das disputas que se encontram presentes. O artigo também aborda o surgimento do *local* vinculado ao *global* e sua perspectiva como um novo espaço para a intervenção, assim como a apresentação de algumas posturas teóricas sobre a visão dos territórios e diferentes enfoques dados à participação, principalmente aqueles que se vinculam com as políticas públicas e o poder.

No trabalho também apresenta-se uma descrição do surgimento do INTA e seu sistema de extensão, a proposta de desenvolvimento dos territórios do INTA e os procedimentos utilizados para planejar tanto o desenvolvimento regional quanto o local.

Os dados coletados a partir das declarações dos técnicos foram agrupados por temáticas similares, categorizadas e organizadas segundo sua frequência de aparição.

O presente estudo questiona, no marco do trabalho institucional do INTA, da Regional La Pampa San Luis, como se dá a participação dos extensionistas envolvidos na nova proposta de desenvolvimento dos territórios, bem como quais os espaços em que os técnicos de terreno podem expressar seus pontos de vista frente a uma instituição historicamente centralizadora.

Com a intenção de uma maior aproximação do problema, formulam-se as seguintes perguntas: qual é a visão do desenvolvimento rural utilizada pelo INTA na proposta de Desenvolvimento dos Territórios? Qual o conhecimento que os extensionistas têm da proposta? E dentro dela, qual é a perspectiva dada à participação?

Para levar adiante a pesquisa, decidiu-se a realização de um Estudo de Caso, que de acordo com Minayo (2004) é compreendido como uma forma particular de investigação do real, onde são coletados e registrados dados para uma posterior interpretação, tendo como objetivo a reconstrução, em bases científicas, dos fenômenos observados.

As informações coletadas se deram a partir de duas técnicas de pesquisa: uma com base documental, e a outra, a pesquisa de campo com base em entrevistas semi-estruturadas.

Para as entrevistas semi-estruturadas se adotou a posição de Triviños (1987, p.152) quando afirma: "certos questionamentos básicos, apoiados em teorias [...], que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativa, [...] à medida que se recebem as respostas do informante". O mesmo autor agrega que o entrevistado começa a participar na elaboração do conteúdo na medida em que segue sua linha de pensamento dentro do foco colocado pelo investigador.

Tomou-se como população³ os 88 técnicos servidores públicos que estão vinculados à área de Desenvolvimento e Extensão do INTA da Regional La Pampa - San Luis.

Concordando com Scribano (2007, p.36, tradução nossa) existem também uma serie de estratégias destinadas à tomada de decisões ao momento da construção das amostras numa pesquisa qualitativa. Para o caso tomou-se o que o autor chama de máxima variação, nela existe uma "procura da diversidade máxima entre grupos de unidades de análise."

Assim, a conformação da amostra se estratificou de acordo com: período de entrada na instituição, gênero e formação profissional.

Com relação ao período de entrada se definiu como marco o ano 2004, data de implantação da nova política. A amostra considerou técnicos que ingressaram na instituição antes do ano 2004 e depois desta data. Compreendendo que aqueles que ingressaram antes da data estipulada viveram um outro modelo institucional de extensão que pode ter influenciado sobre o agir cotidiano dos técnicos.

Em relação à formação profissional dos técnicos, interpreta-se que as diferentes formações possibilitam a existência de diversas interpretações sobre ações vinculadas à participação.

Quanto à construção social das relações de gênero, entende-se que estas também podem contribuir na diversidade do debate, do agir ou interferir sobre diversos aspectos vinculados à participação.

Do universo dos extensionistas foram escolhidos onze integrantes, representando oitenta por cento (80 %) das unidades de extensão que o INTA possui na Regional⁴.

³ A delimitação da amostra foi de forma estratificada de acordo com os critérios descritos no trabalho. A mesma tem a característica de não proporcional (GIL, 2008, p.92 -93).

⁴ Da Regional La Pampa -San Luis dependem dez Unidades de Extensão.

No que se refere aos gerentes e coordenadores, foi priorizada sua seleção segundo uma combinação de critérios que incluíram: sua participação atual no sistema de extensão, especialmente referido a cargos de coordenação ou gerência e envolvimento nos processos de planejamento.

A análise documental teve como base os seguintes documentos: o *Plan Estratégico Institucional 2005-2015, Sistema de extensión rural y transferencia de tecnología regional con énfasis en el desarrollo de los territorios* (Proposta atualizada. Regional La Pampa-San Luis, 2006), *Enfoque de Desarrollo de Territorio: documento de trabajo N 1, Plan Tecnológico Regional 2009-2010*.

O caminho do desenvolvimento

Desde a colocação no plano internacional do termo desenvolvimento⁵ seu significado parece ter sido modificado sob o ritmo da expansão do modelo de produção hegemônico.

Originariamente alavancado por um componente exclusivamente de crescimento econômico, foi incorporando outras variáveis influenciadas por diversos processos e acontecimentos de repercussões globais. Dois dos aspectos mais notáveis na atualidade no que se refere ao desenvolvimento, além do econômico, são aqueles provenientes das problemáticas da desigualdade social e da saúde ambiental intra e intergeracional.

A crise financeira mundial de 1929 é vista como um divisor de águas entre o liberalismo extremo nas teorias econômicas e o surgimento do intervencionismo moderado. Este último, graças às teorias do financista John Maynard Keynes: “a política econômica posta em marcha pelo Estado deveria complementar, não substituir, a iniciativa privada” (GATTÁS, 2004, p.82, tradução nossa).

O surgimento desta nova fase global vinculada com a produção de riquezas, se consolida a partir da Segunda Guerra Mundial, na qual os Estados Unidos passam a liderar como potência hegemônica o bloco dos países capitalistas.

O termo desenvolvimento fica associado ao crescimento econômico. Para Sader (2009, p.58), este processo também era acompanhado de um “estímulo do desenvolvimento econômico e defesa do mercado interno”.

⁵ Toma-se como data 20 de janeiro de 1949, em razão do discurso de posse do presidente-eleito dos Estados Unidos, Harry S. Truman.

Os primeiros sinais de alarme, no que diz respeito ao desmedido crescimento econômico e suas implicações negativas ao meio ambiente e as populações, foram advertidas por cientistas provenientes principalmente dos ramos da biologia e da ecologia.

A realização do evento convocado pela ONU, sobre o meio ambiente, concretizado na cidade de Estocolmo em 1972, esteve precedido de dois encontros. Nestes se observou uma ausência dos países periféricos, que pode ser explicada devido ao fato de eles não sentir a problemática como própria.

Pôs-se automaticamente para o debate que o principal problema era a existência de dois terços da população mundial em situação de pobreza, onde isto deveria ser priorizado pelo desenvolvimento e onde a filosofia do não crescimento⁶ era inaceitável (PIERRI, 2008).

Desta forma, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Suécia), foram incorporadas à problemática do desenvolvimento e crescimento econômico as dimensões ambientais e sociais, demarcando as bases do que posteriormente seria denominado como desenvolvimento sustentável.

A chegada da sustentabilidade

Três correntes bem definidas orientaram os debates ambientalistas: uma ecologista, que previa uma catástrofe ambiental iminente com consequências para a espécie humana; uma corrente tecnicista, apoiada na capacidade ilimitada do homem de produzir conhecimento e desenhar tecnologia menos poluente, dentro do modelo produtivista predominante; e uma corrente humanista crítica que se expressa, como assinala Silva (2006), no debate da biodiversidade, da satisfação das necessidades básicas apelando à solidariedade e à garantia dos direitos das futuras gerações.

Esta última corrente derivou no que foi chamado eco-desenvolvimento, definido como “uma nova estratégia de utilização dos recursos, baseada numa dinâmica local, voltada para o suprimento das necessidades duma população autônoma, harmonizada com a natureza” (ARROYO e SCHUCH, 2006, p.46).

⁶ Malthus, Thomas R. Economista de origem britânica. Alguns aspectos de sua teoria sustentam que o único que limita a procriação da população, é a escassez de meios de subsistência. Desta forma, quando os meios os permitem, a população cresce geometricamente, enquanto que os alimentos crescem de forma aritmética, desequilíbrio que gera sérios problemas para o futuro da humanidade.

Esta nova visão, carregada de valores e concepções ausentes até o momento, encontraram barreiras que impediram sua materialização, particularmente na América Latina dominada pelos regimes políticos autoritários (PIERRI, 2008).

De acordo com Arroyo e Schuch (2006) a nova idéia do desenvolvimento sustentável, definida a partir do relatório “Nosso Futuro Comum” apresentado pela ONU em 1987, se dissemina pelo mundo sendo adotada pelas mais diversas posições políticas e científicas, como também pelos distintos agentes sociais e econômicos.

Dentro de um panorama amplo em relação às posições adotadas frente à sustentabilidade do desenvolvimento, podemos destacar aquela que a reivindica sob um padrão economicista, reduzindo à visão de um desenvolvimento “que perdura no tempo” Silva (2006), como um desenvolvimento duradouro que leva em consideração o bem estar humano e o respeito pelos sistemas naturais de que depende; ou seja, a forma de como o desenvolvimento sustentável é apropriado pelo capitalismo.

As críticas a esta visão da sustentabilidade são mantidas sob o preceito que as causas das problemáticas ambientais e as desigualdades sociais, durante o século passado e o transcurso do atual, obedecem ao cadastro de crescimento linear e acumulações infinitas, impostas pela própria dinâmica do modelo. Assim, a sustentabilidade deve ser entendida sob um novo paradigma de relacionamento entre o homem e a natureza.

A perspectiva desde o local sem esquecer o global

Os efeitos da mundialização dos mercados sobre a sociedade é tema de estudo para muitos pesquisadores. Para Santos Souza (2005), o que chamamos de globalização são conjuntos diferenciados de relações sociais, portanto deveria expressar-se em forma de globalizações, já que excedem as ocorridas no campo econômico. Para o autor nos encontramos diante de um Sistema Mundial em Transição paradigmático, no qual se podem identificar três âmbitos de práticas coletivas: as interestaduais, as práticas capitalistas globais e as práticas sociais e culturais. Desta maneira, os processos globalizadores surgiriam das interações entre as relações deste tipo de práticas.

É neste cenário, onde em conjunto com o global adquire relevância à visão do local como “o espaço imediato dos acontecimentos mais simples e também mais complexos da vida cotidiana.” (PORTUGUEZ, 1999, apud CAMPANHOLA; GRACIANO DA SILVA, 2000, p.64).

Tanto Jara (1998) como Oliveira (2001) trabalham o desenvolvimento local sustentável definindo-o como um desenvolvimento endógeno, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais. O fato de ser um processo endógeno fica claro que não significa não precisar de recursos externos. Significa aprender a caminhar com seus próprios meios.

Para Oliveira (2001, p.30), o fato de satisfazer os requisitos fixados pela ONU sob os índices de desenvolvimento humano sobre bem-estar e qualidade de vida, aproxima-se ao desenvolvimento local, mas não o suficiente. Para ele, a dimensão que toma relevância é a *cidadania*, vinculada ao “indivíduo autônomo, crítico, reflexivo”. Desta forma, abre as portas para que se levem em conta, dentro do desenvolvimento local, todos aqueles aspectos que impliquem a conquista de cidadania. Apresentando-se como uma variável chave para mencionado objetivo a participação, mais concretamente centrada na vinculação com o poder local.

De acordo com esta perspectiva, Jara (1998, p.284) se refere a como deve ser compreendida a prática política dentro da proposta do desenvolvimento local “como processos sociais e relacionamentos participativos que estimulem o envolvimento dos agentes na tomada de decisões e gestão dos processos de desenvolvimento”. Assim, para o autor o realmente novo nesta proposta de desenvolvimento se localiza principalmente em “a forma localizada de organizar e gerenciar os processos de desenvolvimento.”, destacando-se assim os papéis tanto dos agentes locais como os de suas instituições.

Participação

Um elemento determinante ao momento de falar de participação é o ressurgimento no continente Americano dos regimes democráticos. À luz dos governos escolhidos pelo voto popular, as práticas que se correspondiam com a participação foram legitimando-se de forma paulatina. Para Brose (2001, p.9), “ganhou uma amplitude inédita para quem trabalha no setor público e no terceiro setor”, chegando a constituir-se em um termo tão frequente que o mesmo autor o compara ao de desenvolvimento sustentável.

A participação aparece como uma ação que todos os setores se encontram dispostos a fomentar. Claro que os interesses sobre a mesma podem adotar distintas vias, assim para Bordenave (1998) se deve a que para alguns, por intermédio dela caminhamos para a liberação e a igualdade, para outros se pode transformar em uma

interessante ferramenta de manipulação ou de controle de muitos por alguns.

A participação se vincula de uma forma direta com instâncias de poder, refletindo sobre distintas metodologias disponíveis ao fomento da participação, Brose (2001) remarca a necessidade de não perder de foco aquilo que constitui o eixo central da participação, o poder, ou melhor, as disputas que se geram em torno dele. Deve-se ter em mente, portanto, que a participação não é neutra, e sim implica mudanças e distribuição de poder.

Diversos autores trabalharam com a idéia de classificar os graus de participação que se podem apresentar dentro da sociedade. Burín (2008) marca três níveis diferentes de participação com relação aos integrantes de uma determinada organização: conhecer as informações sobre os temas da organização, o poder de opinar e o poder de tomar decisões.

Desde a perspectiva de Horácio Martins de Carvalho (1994), existem práticas de mobilização e de fomento à participação das políticas públicas, nas quais se adota uma posição de benfeitor que somente contribui para consolidar a dependência do beneficiado, impedindo a afirmação das pessoas como *sujeitos*. Neste caso se estaria diante de uma participação coercitiva. A isso se contrapõe uma participação de tipo consensuada, na qual as pessoas são percebidas como sujeitos históricos, desta forma deve compartilhar de todos os processos decisórios, da concepção até a implantação das ações que a envolvam. Destaca-se a perspectiva dupla de ambas.

Peruzo (2001) coloca a participação popular numa perspectiva de: participação passiva, participação controlada e participação poder, fazendo a advertência de que não são necessariamente cronológicas nem excludentes, podendo, na postura de Martins, concretizar-se dialeticamente.

A autora assinala que a participação-poder é construída com base em processos que favorecem as participações democráticas, ativas e autônomas. Nela a prática do poder é compartilhada, destacando-se dentro desta modalidade a co-gestão e a autogestão. *Co-gestão* implica o acesso ao poder e compartilhá-lo, mas com limitações. *A autogestão*, de uma perspectiva geral, se encontra vinculada à tomada de decisões em todos os domínios da vida pública. Num sentido mais estrito refere-se à participação direta da população nas associações e nos órgãos do poder público e das empresas, na tomada de decisões.

O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária e os modelos de desenvolvimento

O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária foi criado no ano de 1956⁷ com a intenção de reforçar o modelo de desenvolvimento centrado na substituição de importações, concebido para os países capitalistas não-centrais, no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A evolução do sistema *clássico* de extensão, que orientou as atividades do INTA durante seus primeiros 20 anos em direção ao modelo *difusionista inovador*⁸, deu-se num primeiro momento de forma gradual, até sua completa consolidação após o golpe militar de 1976.

Desde então, a extensão foi hegemônica pela transferência de *pacotes tecnológicos* gerados a partir da investigação agropecuária, dando assim sustento à denominada *Revolução Verde*. Nesse transcurso também foi redefinido o público em direção ao qual estavam orientadas as atividades, deixando de lado a família rural e concentrando-se nos produtores agropecuários com capacidades de absorver as tecnologias existentes e responder ao estímulo modernizante (ALEMANY, 2003).

A década de 1980 ficou marcada pelo regresso ao poder de governos democráticos em vários dos países sul-americanos, fato que foi acompanhado por um crescente protagonismo da sociedade civil. Vinculada a essas novas instâncias observa-se uma tendência no sentido de transferência de responsabilidades para níveis subnacionais ou locais.

Continuando com Alemany (2003), as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no país após a abertura democrática foram insuficientes para recriar um novo paradigma de desenvolvimento que levasse o INTA a rever sua visão produtivista da mudança técnica. Apesar disso, ressalta a ocorrência de algumas modificações institucionais importantes, destacando a criação das figuras dos Projetos Regionais e dos Conselhos dos Centros Regionais, dando assim espaços formais a instâncias mais zonais de planificação das atividades

⁷ O INTA foi criado mediante o Decreto Lei número 21.680/56 e sua missão era “impulsionar e dar vigor o desenvolvimento da pesquisa e extensão agropecuárias e acelerar com o estímulo dessas funções fundamentais a tecnificação e o melhoramento da empresa agropecuária e da vida rural” (INTA, 2004, p.22, tradução nossa).

⁸ Essa evolução foi possível em grande medida graças às contribuições teóricas de Roger Everett.

de extensão e de participação da sociedade civil na política institucional.

A ruptura dos blocos ideológicos⁹ (capitalismo e socialismo de estado) como hegemônicos no domínio do planeta repercutirá profundamente nas condições sociopolíticas dos países da América Latina. De acordo com Brailovsky (2009, p.241-242, tradução nossa), perder-se-ão "todos os incentivos para demonstrar aos setores populares que o capitalismo pode proporcionar um nível de vida melhor que o socialismo", e paulatinamente, a economia retomará "os modelos de capitalismo selvagem" que pareciam esgotados ao terminar o século XVIII.

A chegada da década de 1990 na República Argentina não foi alheia a esses acontecimentos globais. As políticas de ajuste de corte neoliberal fomentadas pelos organismos multilaterais, fundamentadas na redefinição do papel do estado e nas bondades do livre mercado como alternativa aos problemas sociais foram estritamente implantadas.

Esses acontecimentos globais tiveram sua repercussão no marco da instituição. Alemany (2008) ressalta a existência, durante aquela época, do debate sobre as necessidades de privatizar ou transferir para os governos estaduais as áreas dedicadas à extensão agrária. Sob essa premissa estava a ideia de que a agricultura já estava em estágio avançado de modernização a partir do desenvolvimento obtido pelo agronegócio, assim a mudança técnica estava em condições de ser alcançada pela iniciativa privada. Por outro lado, a agricultura não modernizada, resíduo do processo de *descampesinização* que cedo ou tarde seria completado, deveria estar contemplado pelo auxílio da ajuda social.

Em relação à estratégia institucional de sobrevivência da área de extensão, destacam-se os esforços para reposicionar o setor público como complemento da atividade privada na promoção do desenvolvimento. Nesse período se reconhece, a partir da Instituição, a heterogeneidade presente no setor rural e a necessidade de desenhar estratégias de respostas tecnológicas para cinco audiências: minifundistas, pequena e média empresa rural, a média e grande empresa, a agroindústria e os setores carentes com insuficiência alimentar (TORRES, 1994 apud ALEMANY, 2003).

Assim, o modelo de intervenção praticado frente aos novos atores detectados, pode ser apresentado como centrado na

⁹ A queda do muro de Berlim ocorreu em novembro de 1989

transferência de tecnologia para a grande empresa e para a agroindústria, enquanto que para o resto se incorporaram propostas participativas destinadas a favorecer a tomada de decisões grupais e a capacitação permanente de adultos (ALEMANY, 2003). Passando assim a conviver, na prática, componentes dos dois paradigmas teóricos que nortearam historicamente a extensão, Difusão de Inovações e Educação Libertária¹⁰.

O agravamento da situação sócio-produtiva, potencializado pelo avanço desmedido das políticas de livre mercado, desencadeou a crise que impactou fortemente no conjunto da sociedade. A assunção, em maio de 2003, do Dr. Nestor C. Kirchner como presidente da República Argentina inaugurou um novo período no País e na Instituição, que impactou notavelmente na organização da estrutura e na proposta da área de extensão do INTA.

O INTA na atualidade

O INTA é um organismo descentralizado e autárquico do Estado Nacional, que depende do Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.

O Centro Regional (CR) La Pampa-San Luis tem sob sua órbita de condução duas (2) estações experimentais agropecuárias (EEAs) e dez (10) unidades de extensão. As EEAs estão localizadas em Villa Mercedes, segunda cidade em importância do estado de San Luis e na localidade de Anguil, distante 15 quilômetros da cidade capital de La Pampa. As unidades de extensão se encontram distribuídas ao longo do território, somando cinco em cada um dos estados.

O Instituto contém uma estrutura política composta pelo Conselho Nacional, os Conselhos Regionais e os de Investigação e outra estrutura executiva, que abrange a Direção Nacional, a Direção dos Centros Regionais e os Centros de Investigação.

O Plano Estratégico Institucional (PEI), com vigência para o período 2005-2015, é o documento que vem cumprir a função de um grande guarda-chuva, sob o qual devem ser amparadas todas as ações que se levam adiante.

Para o INTA, o desenvolvimento rural territorial é compreendido como:

¹⁰ A Educação Libertária a partir das contribuições de Paulo Freire.

[...] um processo implantado pelos atores-agentes do território, que procura fortalecer as capacidades locais e aproveitar os recursos próprios e externos para consolidar uma rede sócio-institucional [...], aperfeiçoar o sistema produtivo local, com o propósito de melhorar a qualidade de vida das comunidades (INTA, 2007c, p.7, tradução nossa).

Os objetivos gerais se repartem em três eixos, um de competitividade, no qual busca “contribuir para a competitividade das cadeias agroindustriais, para o incremento contínuo das exportações do Sistema Agroalimentar (SA)¹¹, assim como para o acesso a novos mercados”, o de saúde ambiental, em que pretende “contribuir para a saúde ambiental e sustentabilidade dos principais sistemas produtivos e agro-ecossistemas, mantendo a potencialidade dos recursos naturais” (INTA, 2004, p.33, tradução nossa); e o da inclusão social, em que propõe “[...] fortalecer o desenvolvimento territorial, integrando as economias regionais e locais aos mercados internos e internacionais, com geração de empregos e recursos que diminuam os níveis de pobreza rural-urbana (INTA, 2004, p. 33, tradução nossa).

A estratégia elaborada para a área de extensão está destinada a melhorar a qualidade de vida da população envolvida através de um processo de transformação no produtivo e no institucional.

A transformação produtiva tem como propósito “articular a economia do território aos mercados dinâmicos, de forma competitiva e sustentável” (INTA, 2004, p.44, tradução nossa). Essa transformação se baseia nas capacidades de inovação, tanto tecnológicas quanto organizativas dos produtores.

Por outro lado, a transformação institucional busca

Estimular e facilitar a interação e articulação dos atores locais entre si com os agentes externos relevantes, para incrementar as oportunidades de que a população participe do processo de mudança e de seus benefícios (INTA, 2004, p. 44, tradução nossa).

Buscando aperfeiçoar o trabalho que se propõe para os territórios e reconhecendo a heterogeneidade dos mesmos, o

¹¹ Para o INTA o SA se “estende ao tecido empresarial que sustenta a produção agrícola, de gado e florestal, a produção de agroalimentos e a agroindustrial.” (INTA, 2004, p.6, tradução nossa).

documento defende que o Sistema de Extensão adapte suas estratégias para cada condição particular. Para tanto, aconselha a constituição de equipes de extensão “que se constituirão em articuladores dos distintos atores e demandantes das cadeias de valor do território” (INTA, 2004, p. 44, tradução nossa).

O INTA e o processo de planejamento regional

Reconhece-se o PTR do Centro Regional La Pampa-San Luis como o documento organizador da ação institucional na região e como elemento orientador e articulador de diferentes estruturas programáticas que têm sua atuação no território (INTA, 2009).

De acordo com um dos assistentes da Direção Regional, o PTR

[...] dá um marco a todos os projetos que se executem aqui. Existem projetos que baixam diretamente do Plano Tecnológico Regional e existem aqueles que vêm de outro lado, digamos. Mas teriam que encaixar todos nesse marco (Profissional, assistente da Direção Regional, tradução nossa).

Para o caso em análise, o processo que culminou no PTR em vigência levou um tempo de formulação de cerca de dois anos. A base para sua construção também incluiu a realização de duas oficinas sobre prospectiva, nas quais se conseguiu definir três cenários possíveis de se apresentar no território da regional para um lapso de seis ou sete anos. Tais encontros estiveram integrados por aproximadamente cinquenta pessoas, tendo participado a estrutura matricial¹² da Instituição, mais alguns convidados extra-INTA, que contribuíram no tratamento de temáticas específicas (Profissional, assistente da Direção Regional).

O segundo passo propôs projetar esse trabalho nos espaços locais. Com essa idéia se avançou primeiro na delimitação dos territórios que se apresentam dentro do espaço geográfico da Regional.

¹² Em relação à tomada de decisões, tanto no âmbito nacional como no regional, a Instituição propõe uma estrutura conformada de maneira matricial. Essa estrutura deve contemplar tanto o componente programático como o estrutural da Instituição. Para o caso da Direção Regional, uma mínima expressão de tal espaço deveria estar integrada pelo Diretor Regional, os Diretores de Experimentais, os coordenadores de áreas e os coordenadores de projetos Nacionais e Regionais.

Essa instância foi trabalhada com cada uma das delegações provinciais. A etapa culminou com a determinação de nove territórios.

O passo seguinte se fundamentou na intervenção com os agentes. Nesse momento se manifestou a necessidade de ajustar os territórios definidos à quantidade de agências de extensão que o INTA possui. A metodologia proposta foi a realização de oficinas por unidades de extensão, às quais se recomendava convidar as audiências que cada uma delas tinham estabelecido como prioritárias. Durante os encontros apresentaram-se os objetivos gerais traçados para o PRT e se trabalhou na elaboração dos problemas e oportunidades que se viam nos territórios.

Os objetivos gerais eram uns dez ou doze... Perguntávamos às pessoas como deveríamos fazer para baixar isso aqui, nas áreas de cada um. Então alguns diziam: não venham fazer isso porque não faz falta e algum acrescentava uma demanda. (Profissional, assistente da Direção Regional, tradução nossa).

Com respeito às propostas de trabalho estabelecidas para o INTA, o assistente de planificação se refere da seguinte maneira:

[...] quando se fazem essas instâncias tão abertas surgem listas de cem, duzentos [pedidos]. São todas distintas, sistematizar isso é às vezes quase impossível, pois surgem demandas das mais variadas [...] Ao INTA se pede tudo! (Profissional, assistente da Direção Regional, tradução nossa).

Em relação à participação dos técnicos durante o processo, o informante afirma:

Os técnicos de terreno não tiveram uma instância de participação específica. A participação dos técnicos de terreno é nas instancias de oficinas, junto com as audiências. Então, aquele que não participa ali está mediado por alguém da matriz. (Profissional, assistente da Direção Regional, tradução nossa).

Além dos projetos regionais, existe uma série de projetos com os quais o INTA operacionaliza sua proposta de desenvolvimento.

Sobre estes, o entrevistado esclarece que houve pouca intervenção a partir do processo comentado.

O planejamento local

O Plano Operativo Anual surge como necessidade de contar com uma ferramenta de planificação e de gestão das unidades de extensão. A incorporação do POA à estratégia de intervenção regional supõe “uma inovação organizacional entendida como: o resultado de um processo coletivo de construção em que diversos atores interagem e produzem informação e conhecimento para a ação planificada.” (ENGEL, 1997, apud INTA 2009a, p.8, tradução nossa).

Assim, para a Regional, o POA se observa como um elemento encarregado de melhorar “a precisão na caracterização dos territórios ou micro-regiões, identificação de audiências, oferta e elementos para a auto-avaliação, trabalho em rede e articulação com investigação”, facilitando concretização dos objetivos institucionais (INTA, 2009b, p. 5, tradução nossa).

A construção do POA é concebida como uma ação dinâmica que conta com uma evolução permanente. Essa ferramenta começou a ser utilizada ininterruptamente desde 2006. Na

atualidade, com o objetivo de melhorar sua elaboração, a Regional distribuiu um guia em que se solicita a implantação do enfoque territorial que permita uma caracterização física e socioeconômica, identifiquem-se e se priorizem as audiências com as que se trabalhará, apresentem-se os diversos programas e instrumentos factíveis de levar ao terreno, apresentem-se as atividades a serem desenvolvidas e os resultados esperados para cada uma das audiências, assim como uma série de indicadores e de impactos esperados (INTA, 2009b).

O nível máximo de responsabilidade para que tal plano se materialize, recai sobre os chefes de cada uma das agências de extensão. Em relação ao processo para sua construção, um entrevistado comenta sua experiência da seguinte maneira:

[...] o que tem maior porcentagem de responsabilidade em um projeto ou em um programa, [...] geralmente o que faz no princípio do ano é nos dar seu POA, por exemplo, o Prohuerta. Depois nos juntamos duas ou três vezes, ou quantas sejam necessárias para consolidar os passos da planificação (Profissional, chefe de agência, tradução nossa).

Em relação à participação dos agentes territoriais na construção do plano, o entrevistado se refere da seguinte maneira:

[...] há instâncias de participação dentro de projetos concretos, mas não no nível da unidade de tal forma que congregue as distintas entidades para se dar esse lugar, talvez porque não há um Conselho Assessor Local formado (Profissional, chefe de agencia, tradução nossa).

De acordo com Graciela Ghezan (apud INTA, 2009c, p.18, tradução nossa), “o INTA é uma Instituição que estabelece a participação de organizações setoriais e instituições públicas como instrumento central que faz ao controle social de suas ações”, para mais adiante assinalar que essa “concepção tem sido levada à prática desde sua etapa fundacional”. A mesma autora menciona o período que começa no ano de 2001 como uma nova etapa na dinâmica de conformação dos Conselhos Locais Assessores (CLAs)¹³, no qual chegaram a se conformar mais da metade dos CLAs que existem na atualidade¹⁴, reconhecendo dessa forma um visível aumento da participação no espaço local.

Para o caso da regional La Pampa-San Luis reconhece-se um CLA conformado e em funcionamento, o qual nos apresenta uma média regional muito abaixo da nacional, que nesse último caso fica em cerca de 60 % (INTA, 2009c).

O tema da participação dos atores locais aparece como um ponto central no qual a Regional se encontra focado, já que no momento de tomar os dados para o presente trabalho se constatou a presença dos CLAs conformados e um em processo. Também se destaca o lugar que a Instituição atribui aos Conselhos Assessores Locais, colocando-os como componentes de apoio operativos e estratégicos dentro dos POAs (INTA, 2009b).

¹³ Para a Regional os CLAs “não são para cumprir um mandato institucional, é oportuno visualizá-lo como uma equipe que manifesta “ser-parte-do” serviço de extensão, de tal modo que uma das atividades é participar ativamente na formulação anual do Plano Operativo Anual” (INTA, 2007c, p. 27, tradução nossa).

¹⁴ Na atualidade se reconhecem 224 unidades de extensão em todo País, das quais 135 possuem CLAs funcionando (INTA, 2009c).

Os extensionistas e a participação

Para o presente trabalho entrevistaram-se onze técnicos, as respostas foram agrupadas por similaridade, e com base nisso estabeleceram-se categorias de respostas. Foi elaborado um quadro de categorias, a partir de cada inquietação levantada pelo autor, com as respostas que surgiram e a frequência com a qual aparecem.

Para a análise foram tratados os seguintes temas: participação dos técnicos na formulação de proposta de desenvolvimento do INTA, participação dos técnicos em diversos planejamentos territoriais, os espaços territoriais destinados à participação da sociedade, mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação dos projetos.

Com relação à formação dos técnicos, dez deles possuem diplomas de universidades nacionais e um dos técnicos possui título técnico de nível médio. Entre os integrantes da amostra destaca-se a presença de dois títulos de pós-graduação, um em nível de Mestrado e outro de Doutorado.

No que diz respeito às profissões, a mais frequente da amostra é composta por Engenheiros Agrônomos, com seis representantes, dentro dessa especialidade estão os pós-graduados mencionados anteriormente. Com relação aos graduados estão os seguintes cursos: economia, serviço social, medicina veterinária; e, por fim, um técnico em produção agrária.

As idades dos entrevistados variam muito assim como o tempo de vínculo que os profissionais possuem com a instituição, dentre os quais existe bolsistas com menos de um ano de experiência profissional e técnicos que estão há mais de vinte e cinco anos na instituição. Quatro componentes da amostra passaram a fazer parte da instituição posteriormente à aplicação e funcionamento da nova proposta de desenvolvimento dos territórios. Do total de entrevistados, três são mulheres.

Quadro 1: Participação dos técnicos na formulação do PEI

CATEGORIA DAS RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Não tiveram conhecimento de sua formulação.	5
Participação desde a informação	1
Participação desde a opinião	1
Ingressaram depois que o PEI entrou em vigor	4

Fonte: pesquisa de campo

Quatro técnicos não estavam trabalhando no INTA na época da formulação da proposta.

Um extensionista afirmou ter participado durante o processo de formulação do PEI em uma instância superior à de acesso à informação.

[...] quando começou a construção [do PEI] fizeram-se algumas reuniões de participação reduzida, porque era para analisar os grandes delineamentos, entendemos que é um documento que poderia melhorar, mas não modificar em profundidade. (Extensionista agrônomo, 50 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Assim, compreende-se que existiram instâncias onde os técnicos participaram na construção desde a opinião.

Outra categoria em que se agruparam as respostas se refere ao fato do agente ter sido informado que estava em período de elaboração de uma nova proposta de desenvolvimento

Em algum momento aconteceram reuniões, não ocorreram nas agências, mas na experimental, para debater sobre o PEI [...] isso foi para pesquisadores e extensionistas, mas eu não fui convocado. (Extensionista agrônomo, 45 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Na categoria que reúne o maior número de respostas os entrevistados manifestaram não ter conhecimento de como foi a elaboração do PEI:

Não, eu não participei disso, o que ocorre é que eu trabalhava nessa época para o INTA como contratada e não sei se é uma questão

minha ou institucional, mas não sentia que estava tão dentro como agora PEI. (Extensionista agrônoma, 43 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Isso permite observar que os espaços abertos pela instituição destinados à participação dos extensionistas de terreno na formulação da proposta de desenvolvimento não conseguiram ser facilmente identificáveis por parte dos entrevistados. Aqueles espaços que foram reconhecidos apresentaram-se como âmbitos onde a participação dos técnicos foi possível até no nível de colocar opiniões.

Quadro 2: Participação dos técnicos na elaboração do PTR

CATEGORIA DAS RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Participei de uma oficina com as audiências/ os receptores	4
Participei em mais de uma oficina com as audiências/ os receptores	2
Além de participar das oficinas fiz parte de alguma comissão redatora	2
Além de participar das oficinas e integrar as comissões redatoras estou como responsável de um dos projetos	1
Não participei em nenhuma instância	2

Fonte: pesquisa de campo

Indagando sobre o planejamento Regional, com exceção de dois entrevistados, todos fizeram referência à sua intervenção em uma série de oficinas que levaram adiante as Agências da regional. Em duas oportunidades repetiu-se a participação em mais de uma das oficinas mencionadas. Outra categoria, que encerra a mesma quantidade de respostas, diz ter formado algumas das comissões redatoras que ajudaram à materializar o PTR. Somente um entrevistado diz ter participado em outros espaços de construção do Plano Tecnológico Regional.

Com relação às oficinas:

[...] elaborou-se todo um trabalho de oficinas das agências de extensão de San Luis, vendo quais eram as propostas que se poderia fazer desde o sistema de extensão até o Plano Tecnológico (Graduada em serviço social, 28 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Com relação aos agentes sociais que intervieram em tais encontros

Não foi direcionado, tratou-se de que representassem a todos os projetos, a todo o trabalho técnico reunindo a quem não tinha projeto. Então veio um monte de gente, aqui chegaram cerca de cinquenta. (Extensionista agrônoma, 43 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

Percebeu-se entre os entrevistados um importante estado de satisfação no que diz respeito à abertura em relação à comunidade gerada a partir da implementação desta metodologia.

Com relação aos âmbitos dedicados à escritura dos projetos regionais, são três técnicos os que reconheceram ter participado. Em algumas das intervenções observou-se certa dificuldade em dar andamento às demandas surgidas

Outro técnico se referiu a esse âmbito e às possibilidades sobre a tomada de decisões da seguinte forma “[...] determinadas coisas estavam pré-definidas ou com um princípio de definição, eu participei na comissão redatora de um dos projetos regionais” (Extensionista agrônomo, 50 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Por último, o entrevistado que na atualidade encontra-se coordenando um dos projetos Regionais presentes no PTR, descreveu quais formam os espaços de sua construção, além dos

nomeados pelo resto. Destacam-se no transcurso de um ano e meio seis encontros para dar seguimento, mas um número similar destinado aos que se denominou construção de cenários.

[...] participei do processo de construção e participei no nível regional na redação, na revisão e redação. Tudo bem que não coloquei todas as letras, mas me deram para dar uma corrigida....(Extensionista agrônomo, 45 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Sobre o trabalho que foi feito nas oficinas para interagir com a população local, as opiniões relevantes afirmam:

[...] o que foi feito consistiu em onze linhas, então se organizavam grupos e esses grupos as hierarquizavam, faziam uma ordem de prioridades que depois eram levadas às pessoas da regional, claro que também ficava

como documento para as agências que quisessem utilizá-lo. (Economista, 29 anos, ingressou depois do PEI).

O fato das entrevistas não demonstrarem um conhecimento completo por parte dos agentes de desenvolvimento sobre o processo que desencadeou na elaboração do Plano Tecnológico Regional, não invalida a grande aceitação que obtiveram, na maioria deles, as propostas participativas levadas às agências.

Vários técnicos compartilham a opinião colocada por Bordenave, quando afirma que a participação, sem importar que seja concedida, encerra em si mesma um potencial elevadíssimo de crescimento da capacidade de tomada de decisões na aquisição do poder.

O ponto seguinte pretende aprofundar os delineamentos gerais propostos nas oficinas e de que maneira, a critério dos técnicos, estes se viram refletidos no documento final.

Quadro 3: Como os delineamentos gerais propostos pelas audiências refletem no planejamento regional

CATEGORIA DE RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sim, estão presentes	2
Os que correspondem à minha área de trabalho estão presentes	2
Muitos temas não apareceram nos PTR	2
A metodologia utilizada não foi a mais apropriada, o que invalida o resultado	1
Não sabe	4

Fonte: pesquisa de campo

As quantidades de respostas que dizem não saber em que medida as demandas surgidas nas oficinas foram refletidas na redação do PTR, coincidem com aquelas que declararam não ter um conhecimento amplo sobre o documento. Uma sustenta que o que está refletido no PTR carece de validade, colocando em dúvida a pertinência da metodologia implementada, já que:

[...] acredito que para ter um reflexo fiel, uma reunião dessas características não é suficiente,...em princípio deve-se entender que a essas reuniões comparecem pessoas com diferentes visões. As visões

desencontradas precisam continuar sendo trabalhadas, porque se retira uma lista heterogênea de idéias que depois precisam ser sistematizadas a partir da visão de um técnico ou de um grupo de técnicos, e é duvidosa a legitimidade que tenha o que diz aí (Extensionista agrônomo, 50 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Dois entrevistados se inclinaram a falar sobre as temáticas surgidas nos espaços de participação das pessoas e que não estão refletidas em sua maioria no documento final

[...] no trabalho das comissões redatoras foi se perdendo ou chegaram até as instâncias de projetos de apresentação ou de fundamentação, depois nos objetivos e atividades concretas se perdem ou pelo menos eu não os observei (Extensionista agrônomo, 52 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

Por outro lado apresentou-se a seguinte resposta:

Desde o agrônômico eu não tenho muita clareza, mas garanto que tudo aquilo que tenha a ver com ir para a rua para se mostrar, basta de ser uma questão interna de reuniões,...acredito que existe toda uma intenção de começar a mostrar o trabalho do INTA, acredito que isso está contemplado no PTR (Formada em serviço social, 28 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Além da tentativa de melhorar a comunicação do que é feito institucionalmente, questão que pode ser entendida como melhoria dentro dum sistema difusionista, as demandas tecnológicas produtivas são colocadas como prioritárias.

Acredito que desde a parte que compete a mim, desde a agência existe uma tentativa de responder...porque antes era: como melhorar a parte da pecuária? Que ofertas fazer? Nos dias de hoje estamos tratando de aumentar os ensaios de sorgo...acredito que isso tenta dar

resposta ao que tem sido pedido (Extensionista agrônoma, 31 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Desde uma perspectiva mais geral, dois entrevistados demonstraram estar conformes com o que está materializado no documento:

[...] pareceu-me bastante satisfatório o que colocaram no texto, digo 80 ou 90 %, mas é o que eu percebi. As pessoas ficaram felizes de terem sido chamadas. Pelo menos com os quais eu tive contato. ... eu conhecia quase todos (Extensionista agrônomo, 36 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

A diversidade de apreciações por parte dos técnicos neste ponto não desmerece o esforço institucional, neste caso promovido pela coordenação regional, destinado ao aumento da participação dos diversos agentes do território. Mas alguns pontos revelados, tais como a falta de continuidade nos espaços promovidos, deixar à consideração dos técnicos a devolução do trabalhado nas oficinas, o direcionamento por parte da coordenação no que se refere à colocação da temática em debate, a metodologia para escrever os projetos, colocam em questionamento os princípios de uma participação verdadeiramente democrática que vê o desenvolvimento desde uma perspectiva do território. Deste modo, o processo levado adiante pode ser interpretado como uma tentativa de adequação aos discursos participativos, mais do que uma intencionalidade genuína de mudança de realidade.

Na sequência, analisa-se a participação dos técnicos no planejamento e execução da proposta de desenvolvimento no meio local, e como estes percebem o envolvimento dos diferentes agentes sociais.

Quadro 4: A participação dos técnicos na construção dos POAs

CATEGORIA DE RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sempre se trabalhou em equipe	1
A participação foi progressiva (avançou-se na análise)	4
Primeiro organizou-se por programas e depois se somou ao POA da agência	3
Ajustamos o POA ao que saiu do PTR	1
Não participou	2

Fonte: pesquisa de campo

Das duas respostas que dizem não ter participado na montagem do POA, uma delas deve-se ao fato de que não estavam cumprindo funções no momento de sua realização e a outra menciona como causa o tipo de vínculo contratual que mantém com a instituição.

Uma entrevistada assegurou que sua participação na construção da Planificação Anual da Agência baseou-se no que já tinha sido realizado para o PTR “Nosso POA se ajustou ao PTR...quando montamos o POA tratamos de responder as demandas que se apresentaram nas oficinas do PTR.” (Extensionista agrônoma, 31 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa)

A categoria com maior número de respostas faz referência a um aumento nos níveis de participação à medida que os POAs ocorreram ano após ano

O primeiro ano foi meio sistemático porque foi completar títulos...o segundo POA foi mais de equipe, [...] pelo menos nos levou a discutir mais forte o tema das audiências, níveis de participação, interesses que existem no desenvolvimento dos territórios, para quem estamos colocando os esforços? (Extensionista agrônoma, 43 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Outra categoria de respostas faz referência a uma participação na construção no nível de programas, especificamente dois deles com o Prohuerta

[...] ocorreu uma reunião com os técnicos do Prohuerta planejando as atividades que poderiam se desenvolver ao longo do ano. Depois se fez uma compilação e saiu da agência o Plano Operativo Anual (Graduada em serviço social, 28 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Nessa mesma categoria, destaca-se uma observação que faz referência à falta de evolução nos níveis de participação na montagem do plano da agência

Nós montamos por programa e informamos o que vamos fazer durante o ano. Já é o segundo que participo e não notei nenhuma mudança nesse sentido (Extensionista agrônomo, 34 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Existe um reconhecimento geral sobre o espaço de construção dos Planejamentos Operativos Anuais das agências como propícios para debater as orientações gerais da Instituição, mais precisamente o que aparece no PEI. É possível ver isso potencializado pelo fato da intervenção de todos os técnicos de terreno (extensionistas). Também cabe mencionar que a intensidade da participação, entendida no nível das opiniões e decisões, encontra-se fortemente dependente por um lado, ao interesse manifestado pelos técnicos e por outro ao gerado pelos coordenadores das agências. A falta de interesse por parte dos técnicos, em participar das temáticas referidas no âmbito da agência ou do planejamento do desenvolvimento local, pode ser potencializada ao encontrar-se com um coordenador que fomente a antiga metodologia personalista-verticalista com a qual muitas das agências do INTA foram criadas e geridas.

O próximo ponto indaga sobre os agentes locais e o papel que tiveram nos planejamentos das agências.

Quadro 5: A participação dos agentes do desenvolvimento na construção dos Planejamentos Operativos Anuais

CATEGORIA DE RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Não participaram	6
Participaram por programas	1
Utilizaram-se os mesmos insumos do planejamento regional	1
A participação está prevista para o próximo ano	1
Não sabe	2

Fonte: pesquisa de campo

Nesse ponto, a coincidência a respeito da falta de participação dos agentes locais na construção do planejamento é elevada. Descartando as duas pessoas que disseram não estar por dentro, somente uma apresenta uma instância participativa no momento de sua conformação, outra planeja como um fato para o próximo ano, e por último uma delas apresenta as reuniões de planejamentos regionais como as instâncias que nutriram o planejamento local.

Assim se expressam alguns dos extensionistas que se enquadram na categoria mais numerosa:

[...] existe um componente [no POA], que acredito ninguém fez, quero dizer que justamente na teoria se faz [...] ou o

constroem todos os atores da área de influência. Claro, também não fomos nós que o fizemos, não é? (Economista, 29 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Na indagação deste ponto se observou um certo estado de preocupação no que diz respeito à falta de intervenção dos protagonistas do desenvolvimento. O peso do discurso institucional não passa despercebido pela maioria dos entrevistados.

Hoje, acho que é a percepção do técnico do terreno o que soma ao Planejamento Operativo Anual. Mas acredito que no futuro também intervirão os Conselhos Locais Assessores (Formada em serviço social, 28 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

A necessidade de planejar o desenvolvimento de forma conjunta com os representantes e atores locais se apresenta como uma realidade para o próximo ano na fala de um dos entrevistados:

Acho que não se convocou porque o PTR foi em novembro e o POA o fizemos em janeiro/fevereiro. Então tínhamos bem fresquinho na cabeça o que queriam as pessoas. O POA que vamos fazer este ano, é a primeira agência que tiver o conselho assessor formado e participará na montagem (Extensionista agrônomo, 36 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Existe aquele que reconheceu uma participação direta dos agentes do território no planejamento da agência:

Sim, talvez não se juntaram todas as pessoas na mesma reunião, foram reuniões separadas, para explicar suas necessidades e suas demandas para que esse material sirva de base na construção do POA da agência (Extensionista agrônomo, 50 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

A evidente falta de participação dos agentes sociais nesta instância vai em direção contrária ao expressado na bibliografia sobre o planejamento do desenvolvimento local. No entanto, ao invés de se

buscar uma justificção ante a situação apresentada, esta é reconhecida como uma instância a ser incorporada.

Logo em seguida, aprofundou-se em quais deveriam ser os espaços institucionais que propiciem este tipo de atividades, e eventualmente que impedem que se concretize sua completa formação:

[...] Se conseguir formar bem os CLA e buscar justamente que seja um espaço de encontro e de participação dos principais atores ou como se chamem, se conseguir conquistar isso, penso que isso seria uma solução. (Economista, 29 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa),

Existem aqueles que analisaram a situação a partir do programa onde estão intervindo, como é o caso:

Falando do Prohuerta, atualmente estamos tratando de formar uma associação de promotores. Criar essa figura onde o promotor não seja somente o beneficiário, e que tenha um papel mais protagonista, que seja quem delinea as linhas de ação (Formada em serviço social, 28 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Os CLAs não se apresentam como o único lugar onde o INTA deveria trabalhar em concertar as partes do território:

Acho que temos que fortalecer alguns espaços que atuam como CLA e ser participes. Em nossa agência passou com uma fundação regional para o Desenvolvimento. Agora quando a atividade se dilui um pouco, temos que formar os CLA. Mas eu fortaleceria a fundação para que siga funcionando como fundação e cumpra a função de um CLA (Extensionista agrônomo, 45 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

Esta visão generalizada sobre a necessidade de participação e a formação de espaços destinados ao debate e geração de propostas consensuadas para atuar no território, não termina de colocar-se em âmbitos concretos uma vez que transcorreram cinco anos desde a formulação do Plano Estratégico Institucional.

Com relação à etapa de avaliação que realiza a instituição sobre a intervenção que levam adiante os técnicos de extensão, a pesquisa

indaga dois pontos, o primeiro deles enfoca os mecanismos utilizados para tal fim, assim o quadro mostra, desde a perspectiva dos extensionistas, de que maneira se deu seguimento.

Quadro 6: Como é o seguimento institucional dos projetos

CATEGORIA DE RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Até o momento somente por meio de informes	8
Não tem certeza	2
Por meio de informes, seguimentos no locus e avaliação participativa	1

Fonte: pesquisa de campo

O quadro mostra uma elevada concentração de respostas no item: somente por meio de relatórios trazidos pelos técnicos

Na realidade, hoje em dia é a partir da leitura dos relatórios de atividades, a única instância da avaliação que eu vejo até aqui concreta. (Extensionista agrônomo, 52 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

O mesmo técnico não descartou outras instâncias de avaliação que poderiam ser levadas adiante, nesse sentido comentou:

Provavelmente exista, isso espero, uma instância de avaliação em campo, com a possibilidade de falar com as pessoas que estão envolvidas no projeto, isso é interessante até para os que estamos executando o projeto a partir do papel dos técnicos (Extensionista agrônomo, 52 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

A falta de instâncias de avaliação também foi colocada como inquietude:

Não tivemos muitas instâncias de avaliação do programa, posso dizer que é uma das falhas do programa, tive uma reunião faz pouco tempo de âmbito nacional, e bem, se existem avaliações internas de cada estado, faltam avaliações (Extensionista agrônomo, 36 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Existe também dentro desta categoria de respostas quem explicou sobre as consequências que acarreta esta metodologia:

[...] é extremamente personalizado o método de avaliação, [...] se a pessoa me agrada, então conheço muitas coisas dela e assim está bem avaliada e essa pessoa bem avaliada se sente tranquila na poltrona. De castigo e prêmio! Não é como uma questão de repensar, se você faz no campo tem a ver com o PTR (Extensionista agrônoma, 43 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Por último uma resposta que colocou a avaliação em várias instâncias:

A metodologia mais utilizada sempre foi os informes anuais. No caso do projeto de desenvolvimento que foi implementado desde a agência, em algum momento no início tínhamos acesso a seus encaminhamentos e depois também, na sua primeira etapa, que durou quatro anos, a equipe técnica se reunia constantemente (Extensionista agrônomo, 45 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Nenhum dos entrevistados detectou a partir da implementação do Plano Estratégico Institucional uma mudança na metodologia de avaliação dentro dos projetos. Somente três entrevistados fizeram referências a pequenas variações, mas sempre dentro da metodologia dos informes.

Assim a avaliação transparece pouco participativa para os extensionistas envolvidos nos projetos institucionais que buscam o desenvolvimento dos territórios. Com exceção de um entrevistado, o resto manifesta claramente o fato de não haver possibilidades de uma participação dialogada ou de construção verbal, com o fim de repensar o processo que se está levando a cabo.

A informação que se pretende relevar por meio dos informes comentados pelos entrevistados guarda uma estreita relação com um modelo de extensão muito mais voltado para o sentido da transferência.

O ponto seguinte indaga de que maneira os projetos de desenvolvimento levados adiante devem ser avaliados pela instituição.

Quadro 7: Como gostaria que fosse avaliado o projeto onde você trabalha?

CATEGORIA DE RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Avaliação entre pares e que intervenham os agentes sociais	3
Por pessoas formadas na temática do desenvolvimento territorial	2
Auto-avaliação	2
Que também seja levado em consideração o processo	1
Não sabe	3

Fonte: pesquisa de campo

Um dos pontos assinalados pelos entrevistados se inclina por submeter o processo a uma avaliação realizada por pessoas devidamente formadas na temática:

Na avaliação dos projetos falta a intervenção de pessoas que tenham essa visão global. Vou responder citando um ex-diretor nacional: se as pessoas que deveriam executá-lo e avaliá-lo tinham uma formação prévia e de outro tipo, o PEI passava a ser um documento inútil (Extensionista agrônomo, 52 anos, ingressou antes do PEI, tradução nossa).

Este mesmo desejo foi expresso por outro dos técnicos e acrescenta:

Nos relatórios, [...] em vez de que exista um item onde diga quantos papers apresentaste, que diga: quantas organizações fomentamos? Que tipo de associações fomentamos? Com quem nos vinculamos? Eu, por exemplo, não coloquei no informe que participo da fundação para o desenvolvimento regional...não coloquei, não entra (Extensionista agrônomo, 36 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

O envolvimento dos produtores também se mostra como emergente no momento de propor os seguimentos “[...] minha pergunta não seria somente aos técnicos, teria que ser também às pessoas que estamos atendendo com os diferentes trabalhos que realizamos” (Extensionista agrônoma, 31 anos, ingressou depois do PEI, tradução

nossa). A mesma entrevistada soma outras etapas ao processo, desta vez desde a auto-avaliação:

Também me parece que deveria haver uma instância onde a pessoa participe dessa avaliação. Mas parece-me que uma pessoa, se tem acesso ao debate de sua avaliação ela é mais participativa, gosto das avaliações assim, democráticas (Extensionista agrônoma, 31 anos, ingressou depois do PEI, tradução nossa).

Assim também propõe outra das entrevistadas:

[...] eu faria uma etapa interna, primeiro a nível local e também regional [...], sem a equipe local obviamente, para internalizar o que estava fazendo cada um, uma visão local junto com a área, junto com alguns técnicos especializados em investigação de experimentação [...]. (Extensionista agrônoma, 43 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa)

Continua:

Mas acredito que em uma segunda etapa sim, todos esses mais os agentes sociais vamos discutir e ver para onde se está indo. Pode ser o conselho local, ou se vamos a avaliar um projeto, podem ser os participantes diretos e talvez, mais adiante, com essa mesa de negociação de partes (Extensionista agrônoma, 43 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

O último testemunho se refere à forma que gostaria de ser avaliado:

Eu gostaria de ser avaliado em campo. Percorrendo, vendo o que faço, resulta-me muito difícil colocar no papel ou em um texto escrito...também parece-me

para os avaliadores muito difícil poder te avaliar sem falar, me parece que é muito difícil, inclusive para eles (Extensionista agrônomo, 34 anos, ingressou no INTA antes do PEI, tradução nossa).

Os instrumentos destinados ao andamento e avaliação dos projetos encontram-se fortemente vinculados a um modelo de extensão que não condiz com o desenvolvimento dos territórios. Quase todos os entrevistados coincidem que a metodologia implementada não é suficiente para refletir o que verdadeiramente está ocorrendo no campo. Existe uma demanda em quanto à implementação de mecanismos que sejam mais compatíveis com a mensagem que se transmite desde a instituição. Assim cobra sentido o que de acordo com Thornton (2010)¹⁵ sustentam Cimadevilla e Carniglia (1992) a respeito do efeito paradoxo dos sistemas de extensão, onde as organizações encarregadas de levar adiante a extensão não são adotantes necessariamente do que eles propõem aos atores externos, no sentido de ser arte e parte do participar.

Os entrevistados reconhecem como mecanismo de avaliação das ações e dos projetos de desenvolvimento levados adiante pelo INTA até a apresentação de informes. Grande parte dos extensionistas não somente vê essa metodologia como insuficiente ou antiquada ante as novas exigências da sociedade, senão que têm internalizados outros mecanismos destinados a desviar essa falta de ferramenta.

Conclusão

O modelo de extensão estabelecido para a proposta atual de desenvolvimento dos territórios contempla a sujeitização dos atores, uma participação ativa dos mesmos no processo de mudança e no usufruto de seus benefícios. Compreende-se que, como se trata de uma construção social, essas transformações não sejam observadas em suas formas idealizadas, encontrando-se, na realidade, transições e espaços não muito definidos em relação às instâncias de participação propriamente ditas.

Em virtude do objetivo perseguido por este trabalho e a informação obtida a partir das distintas ferramentas utilizadas para sua recopilação, permitem ao autor expor as seguintes conclusões:

¹⁵ Em usos y abusos de participare, de autoria de Ricardo D. Thornton, trabalho em fase de elaboração.

Nos aspectos que vinculam a participação dos técnicos com a construção da atual proposta institucional de desenvolvimento, observou-se que, na Regional La Pampa San Luis do INTA, geraram-se espaços destinados à intervenção dos mesmos, mas que os extensionistas de terreno contaram com um baixo nível de conhecimento em relação a sua existência. Também se pode concluir que o acesso aos mesmos foi limitado a sua máxima expressão e que nos casos em que os técnicos tiveram participação na formulação, esta se deu dentro do que Burín (2008) localiza como um grau intermediário, ou seja, nos níveis de opinião.

Brose (2001) insiste na idéia de não perder de foco aquilo que constitui o eixo principal nas discussões sobre participação: as disputas em torno do poder. Desde esse ponto de vista e ante uma Instituição com características históricas de verticalização nas tomadas de decisão, compreende-se que parte das ações adotadas na formulação da proposta se encontra estreitamente vinculada com procedimentos que ainda persistem e que são próprios de antigos modelos de extensão.

Outro ponto que apresentou relevância se refere ao conhecimento que os extensionistas têm da proposta de desenvolvimento, sobre a qual a maioria assegurou não contar com uma idéia acabada, deixando assim estabelecida uma grande incerteza em relação aos processos que desencadearão as ações que buscarão viabilizar o desenvolvimento. Nesse sentido, destaca-se que, por um lado, os espaços institucionais mais propícios para a discussão, intercâmbio e compreensão da proposta são aqueles que se encontram fora da atuação cotidiana da atividade profissional dos extensionistas, vale ressaltar que o cotidiano é definido nas agências de extensão. Por outro lado, essa falta de apreensão da proposta também descansa sobre a desmotivação por parte de alguns técnicos no sentido de se interiorizar na mesma.

Na planificação no nível Regional, em que a metodologia implantada contemplou instâncias participativas junto aos técnicos das agências e diversos atores sociais, apresentou-se um alto grau de intervenção por parte dos extensionistas. A presença nesses espaços de uma grande quantidade e diversidade de atores do meio local é tida pelos agentes como um fato de características históricas relativo ao envolvimento da sociedade com os rumos da Instituição. Na planificação regional, a investigação mostrou alguns pontos, tais como: a falta de continuidade dos espaços de debate junto à comunidade, o não reconhecimento de instâncias de devolução do trabalho junto aos atores, o direcionamento por parte da coordenação regional na

colocação da temática em debate, a metodologia destinada à redação definitiva dos projetos, colocando em dúvida os princípios de uma participação verdadeiramente democrática para a construção de uma mudança. Assim se interpreta que, junto com uma abertura inusitada por parte do INTA de canais destinados à participação da sociedade, apresenta-se o que Horacio Martins (1997) destaca ao falar de participação coercitivo-consensual, e sua característica dual.

A planificação das atividades da área de extensão apresentadas com o objetivo de ser levada adiante no âmbito local, aglutinam-se no documento conhecido como POA. O presente trabalho colocou a construção de dito documento como uma instância de máxima interação entre os técnicos de cada uma das agências. Todos reconhecem ter uma contribuição em sua construção e a maioria o apresenta como um espaço onde a análise e as discussões em torno à realidade se encontram em um paulatino crescimento. Essa instância apresentou, em alguns casos, níveis crescentes de horizontalidade na tomada de decisões, característica que se observou muito dependente do modelo de gestão adotado pelos Chefes das Agências.

A instância de construção dos POAs das agências não conta com um espaço que contemple a intervenção direta dos atores locais. Encontra-se mediada pelos técnicos de terreno, que coordenam ou participam dos distintos programas ou projetos de extensão. Essa particularidade não passa despercebida para a maioria dos técnicos, que a reconhecendo como uma falta grave aos princípios enunciados no desenvolvimento territorial, assinalam-na como uma carência que será revertida a partir da conformação definitiva dos CLAs em cada uma das agências.

O principal mecanismo de participação que o INTA propõe para a sociedade se dá mediante a constituição dos Conselhos. Para o caso da regional em questão, a falta de conformação desses no âmbito local se apresenta como uma dificuldade no momento de colaborar com a construção de um desenvolvimento consensual pelos atores locais.

A falta de funcionamento e a não-consolidação dos novos CLAs é vista pelos extensionistas como uma responsabilidade ainda não assumida pela direção regional e nacional. O principal impedimento para sua concretização radica nos rumos incertos que uma abertura de ditas características pode acarretar sobre os destinos institucionais. Outra das razões apresentadas pelos técnicos no momento de analisar as ausências dos CLAs está vinculada com a falta de conhecimento e capacidades instaladas na instituição com possibilidades de levar

adiante tarefas que promovam a participação em um cenário de interesses compartilhados.

O sistema de avaliação e acompanhamento dos projetos, salvo modificações pontuais referidas às formas de apresentação dos informes, segue utilizando as metodologias que se implantavam antes da vigência do PEI. A existência de espaços destinados ao envolvimento de pares de trabalho e de atores no seguimento das atividades fica, na maioria dos casos, sujeita a iniciativas individuais.

Os extensionistas se encontram dispostos a que se implantem modificações na instância de avaliação e acompanhamento, no sentido de buscar alternativas que ajudem a melhorar a qualidade de seu trabalho. Entre as propostas mais destacadas, estão aquelas que contemplem a intervenção dos atores, que participem os colegas, que os avaliadores tenham comprovada formação na área de desenvolvimento com uma perspectiva territorial, que se observem mecanismos auto-avaliativos e instâncias de participação dialogada com a finalidade de rever o processo em curso e o planejado.

Assim, apesar das lacunas encontradas nos processos de participação dos técnicos, sobretudo nas instâncias referidas à formulação e avaliação da proposta de desenvolvimento, como as que dizem respeito à escassez de conformação de mesas de negociação destinadas à planificação conjunta com os atores do desenvolvimento, espero que o presente trabalho seja visto como uma avaliação indicativa de alguns aspectos que possam ser melhorados na prática, aproximando o discurso documental e a atuação cotidiana.

Referências

ALEMANY, Carlos. Apuntes para la construcción de períodos históricos de la Extensión Rural del INTA. IN THORNTON, R.D. e CIMADEVILLA, G. (Orgs.). **La Extensión Rural en Debate: Concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el MERCOSUR**. Buenos Aires: ediciones INTA, 2003.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BORDENAVE, Juan E. **O que é participação?**. 8 ed. 3 reimp. São Paulo: editora brasileira s.a., 1998.

BRAILOVSKY, Antonio Elio. **Historia ecológica de Iberoamérica II: de la independencia a la globalización**. 1ª ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

BROSE, Markus. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BURÍN, David; KARL, Istvan; LEVIN, Luis. **Hacia una gestión participativa y eficaz: manual con técnicas de trabajo grupal para Organizaciones Sociales**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad- CICCUS, 2008.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Vol. 4. São Paulo: EMBRAPA meio ambiente, 2000.

GATTÁS, Daniel. **Breve historia del pensamiento económico**. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INTA. **El INTA que queremos: plan estratégico institucional 2005 – 2015**. Buenos Aires: ediciones INTA, 2004.

_____. **Enfoque de Desarrollo de Territorio: documento de trabajo N 1**. Buenos Aires, Ediciones INTA, 2007a.

_____. **Sistema de extensión rural y transferencia de tecnología regional con énfasis en el desarrollo de los territorios**. Documento interno. CRLPSL, INTA, Santa Rosa, La Pampa, 2007c.

_____. **Plan Tecnológico Regional 2009-2011**. Centro Regional La Pampa-San Luis, Marzo 2009a.

_____. **Guía de elaboración del plan operativo anual (POA) con visión territorial**. Centro Regional La Pampa-San Luis, 2009b.

_____. **Estado de situación de los Consejos Locales Asesores: Algunas reflexiones sobre participación social en EEAs y Unidades de Extensión**. Dirección Nacional de Transferencia y Extensión. Noviembre de 2009c. Disponible em <<http://www.inta.gov.ar/extension/profeder/actualidad/clasresumido.doc>> Acesso em: 22 de mar. 2010.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

(IICA) : Recife : Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

MARTINS DE CARVALHO, Horácio. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o nordeste. Coordenação: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma:** O que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PERUZO, Cecília Maria Krohling. Participação. In: PERUZO, Cecília Maria Krohling e PINHO, José Bendito (Orgs). **Comunicação e multiculturalismo.** São Paulo: INTERCOM, Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

PIERRI, Naína. Historia del concepto de desarrollo sustentable. Disponível em: <http://www.estudiosdeldesarrollo.net/coleccion_america_latina/sustentabilidad/Sustentabilidad5.pdf>. Acesso em: 24 de ago. de 2008.

SADER, Emir. **A nova toupeira:** os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo, Boitempo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os Procesos de Globalización. In Santos, Boaventura de Sousa (Org). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo, Cotez, 2005.

SCRIBANO, Adrian Oscar. El proceso de investigación social cualitativo. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de.; LEITE, José Correa. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.

THORNTON, Ricardo, D. **Usos y abusos de participare...**Trabalho em fase de elaboração. 2010

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.